



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



EVOLUÇÃO POLÍTICA



CONSTITUIÇÕES MOLDARAM A NAÇÃO BRASILEIRA



Michel Temer

Foi presidente e vice-presidente da República, deputado federal por seis mandatos e presidente da Câmara dos Deputados por três mandatos. É autor, entre outros, dos livros "Território federal nas constituições brasileiras", "Constituição e política", "Elementos de Direito Constitucional", "Democracia e cidadania", "O Brasil no mundo" e "Anônima intimidade"

Quando a primeira Constituição do Brasil foi promulgada, em 1824, ainda no período imperial, estávamos no tempo do Estado Absolutista, dos movimentos de libertação, dos direitos individuais, da Independência norte-americana, em 1776, e da Revolução Francesa, em 1789. Aquele momento histórico mundial influenciou o texto constitucional brasileiro. Adotamos a ideia de que a separação de poderes deve proteger os direitos individuais, com mediação do chamado Poder Moderador, chave política do Império. Ao imperador incumbia zelar pelos demais poderes, ou seja, atender ao princípio de "separação de poderes" com um traço do Absolutismo.

Com a República, adquirimos o hábito – político e institucional, que deve ser combatido – de, a cada tempo, termos a necessidade de um novo Estado, um novo país, e, portanto, uma nova Constituição. A todo momento se prega: *"vamos fazer uma nova Constituinte agora"*.

A Assembleia Nacional
Constituinte de 1988
teve a sabedoria
de amalgamar os
princípios liberais com
os princípios sociais.

De 1891 a 1930, ocorreram problemas dos mais variados – até revoluções internas. Em 1930, modificou-se radicalmente a forma institucional, adotando-se um sistema concentrador de poderes até 1945, quando caíram os sistemas concentradores na Europa, forçando mudanças aqui. Nazismo e fascismo caíram lá. Aqui também caiu o autoritarismo. Esse foi um período muito conturbado, em função da Segunda Guerra Mundial, mas também pelos movimentos de rebelião contra o governo vigente

no Brasil. Adotamos, então, uma das mais primorosas Constituições de nossa história, pautada por critérios democráticos.

Entretanto, ela perdurou por apenas 18 anos, até 1964, quando ocorreu o golpe militar. A Constituição de 46, que tinha seu fundamento de validade na vontade popular, passou a ter, a partir de abril de 1964, seu fundamento de validade em Ato Institucional, que, logo no artigo primeiro, dizia: “...continua em vigor a constituição de 1946 com as modificações constantes deste Ato Institucional”. Portanto, repudiou por inteiro a vontade popular que havia inaugurado o Estado democrático. As dificuldades de natureza institucional perduraram até 1988.

Qualquer Constituinte define o que o Estado deve ser, mas a segurança jurídica decorre do cumprimento do sistema constitucional e da legislação infraconstitucional. Isso porque a Constituição diz o que o Estado “é”. É a partir desse compromisso social que há segurança jurídica, fundamental para que o investidor tenha tranquilidade contratual: saber que está investindo para ter sucesso, com base em um marco legal duradouro, pelo menos ao longo de seu empreendimento.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 teve a sabedoria de amalgamar os princípios liberais com os princípios sociais. A iniciativa privada

foi enaltecida e, de igual maneira, a propriedade, desde que estejam submetidas ao bem-estar social. Os direitos individuais têm 79 incisos no artigo quinto da Constituição. Um de seus parágrafos diz: “o elenco aqui estabelecido não exclui a possibilidade da invocação de outros derivados da interpretação constitucional, e dos tratados internacionais de direitos humanos”. Iniciativa privada, propriedade e direitos individuais são direitos liberais!

A área social não foi esquecida. No artigo sétimo, que se abre com o título “Dos direitos sociais”, levamos para o texto constitucional direitos dos trabalhadores, tais como 13º salário, férias etc. O que antes ficava na legislação infraconstitucional passou a fazer parte da estrutura do Estado brasileiro. Foram adotadas, por exemplo, regras definindo que saúde, segurança e educação são direitos de todos e dever do Estado. Quando se estabeleceu o direito constitucional dos cidadãos à alimentação e o direito à moradia, alguns me questionavam: “como é que você, que é da área jurídica, trabalha em uma barbaridade dessas?” Eu respondia: “é apenas uma regra programática, que impede qualquer atitude dos poderes constituídos, no sentido de alterar, de agredirem esses princípios. Portanto, direitos sociais foram estabelecidos na Constituição federal.

UM NOVO “CONTRATO SOCIAL”

Ao longo do tempo, os governos foram adotando critérios referentes a esses direitos. No governo de José Sarney, por exemplo, houve o Programa do Leite e outros voltados para a alimentação, que acabaram resultando no Vale Gás, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. Tempo depois, tudo resultou no Bolsa Família, que é a conjugação de todos esses fatores, cumprindo preceito constitucional. Por sua vez, o Programa Minha Casa, Minha Vida nada mais foi, objetivamente e instintivamente, do que o cumprimento do preceito que garante o direito à moradia.

Direitos sociais estabelecidos no texto constitucional, ao lado de direitos liberais, têm permitido certa longevidade da Constituição de 88, apesar de sermos uma jovem nação, com um jovem Estado. Desde a promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, não foram poucos os momentos em que se pleiteou uma nova Constituinte. Constituição significa estabilidade; constituinte significa instabilidade. Constituinte é tema da ciência política, ao passo que Constituição é tema da ciência jurídica.

Ao longo do tempo, um dos desafios tem sido compatibilizar direitos e deveres constitucionais das duas principais forças motrizes da nação, que são o empregado e o empregador. Tudo deve ser feito no sentido de eliminar litigiosidade entre as forças mais produtivas do país. Quando modernizamos a legislação trabalhista, formatamos um projeto que resultou do diálogo com os setores empresariais e com as representações dos trabalhadores, pensando em ambos os lados. Essa era uma questão que preocupava empregadores do Brasil e do exterior, em dois fatores: primeiro, a questão da instabilidade trabalhista, da litigiosidade social, decorrente das relações de trabalho; depois, a burocracia tributária.

O combate ao desemprego consiste em criar emprego. Para ter emprego, tem que ter empregador. Apesar disso, muitas vezes aqueles que empregam são vistos como pecadores. Por isso, é preciso reduzir a litigiosidade. Quando Deng Xiaoping assumiu o governo da China, em 1979, ele fez reunião da junta governativa e disse: *“precisamos prestigiar as empresas chinesas, porque elas dão emprego”*. Um dos membros do partido retrucou: *“mas isso é capitalismo”*. E ele respondeu: *“o que importa é o resultado; aqui será o socialismo chinês”*.

Temos a mania de adjetivar as propostas como teses de esquerda,

O combate ao desemprego consiste em criar emprego. Para ter emprego, tem que ter empregador. Apesar disso, muitas vezes aqueles que empregam são vistos como pecadores.

teses de direita, teses de centro-direita, teses de centro-esquerda. Precisamos eliminar esses preconceitos. Vejam o que aconteceu com a China de 1980 até os dias atuais. Se perguntar a um pobre: *“você é esquerda, direita, centro?”*, ele dirá: *“quero pão”*; pergunte a quem não tem emprego, e ele responderá: *“quero emprego”*; alguém de classe média baixa certamente dirá: *“quero preço barato no supermercado”*. Em 1979, Deng Xiaoping afirmava: *“na China, queremos resultado”*.

Ao longo do tempo, o Brasil foi rural, tendo posteriormente se transformado em industrial. Acoplou-se, posteriormente, a atividade rural à atividade industrial e de serviços, todas importantes para o desenvolvimento nacional. No passado, havia apenas a chamada administração direta; não havia administração indireta. Tudo era por conta do Estado. Em um dado momento, descentralizou-se a administração pública e criou-se as chamadas autarquias. Em um outro momento, verificou-se que era preciso caminhar mais. Daí o nascimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Posteriormente, percebeu-se que era necessário avançar ainda mais. Vieram, então, as autorizações, as permissões, as concessões públicas e, depois, as privatizações. A lógica passou a ser que o Estado cuidaria de certos setores fundamentais – saúde, segurança, educação – e outros setores foram entregues à iniciativa privada. Daí emerge a conjugação dos trabalhos da iniciativa privada com a iniciativa pública.

Esse processo foi fruto de evolução constitucional, que enalteceu a iniciativa privada e a parceria com o Poder Público. Nesse capítulo, a indústria ocupa um papel fundamental. Um bom exemplo são as atividades educacionais desenvolvidas pela Confederação Nacional da Indústria e pelas federações estaduais. Elas são

fruto da conscientização de que a iniciativa privada é fundamental para gerar o desenvolvimento econômico e social do país.

A SOBERANIA DO POVO

Nós precisamos fazer uma distinção entre quem tem autoridade inicial e quem tem autoridade secundária. A expressão *“o poder emana do povo”* não é uma regra de palanque político; é a afirmação de quem é o soberano do Estado. Quem tem poder é quem constitui autoridades. Portanto, as autoridades chamadas constituídas são secundárias, e devem obedecer à vontade primária, do povo, estabelecida no texto constitucional. Quando levavam alguma indagação ao presidente (*Eurico Gaspar*) Dutra, que governou o Brasil de 1946 a 1951, ele costumava responder: *“o que é que diz o livrinho?”*. O *“livrinho”* era como ele se referia à Constituição Federal.

No preâmbulo da Carta de 1988 está dito que a vontade primeira é a vontade do povo, em um Estado pautado pela ideia da pacificação interna e internacional. Um de seus dispositivos estabelece que *“todos são iguais perante a lei, não podendo haver distinção de sexo, raça, credo religioso, credo político”*. A ordem constitucional é *“unam-se todos”*. Não significa que não possa haver divergência de ideias, de conceitos, de ideologia. O artigo primeiro

da Constituição diz: *“O Brasil é um Estado democrático, de direito”*. Isso quer dizer que o embate de ideias é fundamental. Mais à frente, há um dispositivo com os seguintes dizeres: *“os artefatos nucleares não podem ser utilizados para fins bélicos”*. A mensagem aqui é: *“nada de beligerância, nada de belicosidade com estrangeiro”*. A regra é a busca de paz diante dos conflitos internos e internacionais.

Uma distorção da nossa democracia é o excessivo número de partidos políticos. Hoje, há 36 registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Partido político é a unidade de uma parcela da opinião pública que pensa de uma maneira e quer chegar ao poder para administrar a *polis*. O que nós temos no Brasil são siglas partidárias; não temos partidos políticos. Outro fator preocupante é a história dos traumas institucionais que o *impeachment* causa. No meu modo de ver, o presidencialismo no Brasil está esfarrapado, em face dos dois impedimentos ocorridos desde a redemocratização. Desde o governo Itamar Franco, houve 396 pedidos de *impeachment* e cada pedido de impedimento gera também uma crise, ou esboça uma crise. Por isso, trabalho pelo semipresidencialismo. É semi porque não é nem um presidencialismo puro, nem o parlamentarismo puro. A grande reforma política que deve ser feita no país é no sistema do governo, conferindo responsabilidade executiva ao parlamento.

É preciso buscar a pacificação do país. Na minha visão, o presidente eleito em 2022 deveria reunir a imprensa, logo no dia da proclamação da sua vitória, para dizer: *“nós não vamos olhar para o retrovisor; vamos reconstruir o Brasil e, para reconstruir o Brasil, é preciso um pacto, não apenas entre aqueles que me apoiaram, mas também com os que se opuseram a mim”*. Seria chamar os partidos de oposição, chamar os governadores, chamar os chefes de poderes, chamar entidades da sociedade civil, porque nenhum brasileiro se oporia a isso; ao contrário, acho que todos aplaudiriam. Além disso, firmar um grande pacto nacional. Essa iniciativa, certamente, distensionaria as relações entre o brasileiro e as instituições.

CONSTITUIÇÃO MATRIZ OU MOTRIZ

*O ex-presidente da República **Michel Temer** fala como professor constitucionalista e defende a Constituição de 1988 como uma experiência positiva de um contrato social, no qual estão explicitados, ao mesmo tempo, direitos sociais do momento histórico e regras permanentes de relacionamento político liberal. A ideia desse casamento trouxe a vantagem de pressionar por avanços sociais, mas amarra políticas de Estado com soluções provisórias de governo.*

Um exemplo das conquistas são os avanços que a nova Carta impulsionou na educação de base. Foi necessário esperar até os anos 1990, quase 200 anos após a Independência, para assegurar a obrigação de matrículas para todas as crianças e apoio federal para os municípios exercerem o papel de executores da educação de base.

Entretanto, no médio e longo prazos, a chamada Constituição Cidadã poderá, ao mesmo tempo, pressionar o aumento de gastos públicos para forçar as obrigações, como atendimento de direitos sociais criados e incluídos no corpo constitucional.

Pode-se dizer que a Constituição é generosa socialmente e inflacionadora fiscalmente. No primeiro momento, ela foi cidadã, mas no futuro, poderá ser eleitoreira. A nova Constituição oscila entre a intenção de ser a matriz do bom entendimento permanente da coletividade nacional e de ser motriz do funcionamento social e econômico do momento. Isso é o resultado do modus operandi como foi convocada e como funcionou. Os constituintes eram políticos com mandatos e olhos na reeleição daí a poucos anos. Talvez por isso não se comportaram como os pais da pátria, olhando as gerações futuras.

Um dos maiores problemas do terceiro centenário será garantir estabilidade para o funcionamento do país, apesar da imensa quantidade de regras constitucionais com propósitos conjunturais e, às vezes, contraditórias.

RETRATO DO BRASIL NO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA



Mary Del Priore

Historiadora e escritora, com pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, é autora de diversas obras sobre História do Brasil. Escreveu a série "Histórias da Gente Brasileira (Colônia, Império e República)" e os livros "As vidas de José Bonifácio", "A viagem proibida: nas trilhas do outro" e "À procura deles: quem são os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil"

Dizia Millôr Fernandes que "o Brasil tem um enorme passado pela frente". Nesse sentido, gostaria de reconstituir alguns momentos da nossa história, levando em conta o trinômio urbanização, consumo e industrialização, que talvez explique o comportamento que os brasileiros têm hoje diante da política.

Na época do golpe militar de 1964, grande parte da população achava estar diante da possibilidade de viver o estilo de vida americano. O país agrário se torna urbano, nas cidades cresce o emprego, a classe média se amplia, Brasília muda a relação de forças entre interior e litoral, migração massiva, mulheres no mercado de trabalho, a base industrial se estruturando e voltada para a exportação. Aumenta a população dos variados níveis de ensino e do sistema de pós-graduação. As cidades se modernizam, os espigões crescem. A construção civil começa a atrair milhares de imigrantes.

Nesse momento de *anos de ouro, dentro dos anos de chumbo*, construímos a realidade da “cidade partida”, que o escritor Zuenir Ventura tão bem descreve em um livro com esse título. Crescimento da riqueza, ao lado da multiplicação da pobreza. Condomínios fechados ao lado de favelas, que não aceitam programa de contenção. No centro disso tudo, uma espécie de urbanismo à americana, no qual a catedral é o shopping center, templo de consumo das classes médias, que prosperam. Insisto na ideia dos *anos de ouro nos anos de chumbo*.

Nas cidades, a mobilidade é absolutamente alterada. Em 1974, São Paulo constrói o primeiro metrô. A indústria automobilística cresce 20% nos anos 70 e ganha avenidas, viadutos, estradas. O Fusca, carro popular, ganha isenção de imposto para ficar ao acesso de todos. Ao longo dos anos 80, trabalhei com revistas de circulação nacional e percebia que os jovens dessa época não se interessavam por política, nem por ecologia, embora estivessem saindo dos anos de ditadura. Eles queriam subir na vida e comprar um *Chevette (automóvel lançado pela General Motors/Chevrolet em 1973)*.

Esse urbanismo vai trazer novidades também nas formas de morar. A vida pessoal e íntima das pessoas vai sofrer a revolução do conforto. Lembro das feiras de imóveis e da indústria

moveleira, das feiras de utilidades, dos revestimentos e materiais revolucionários, que fazem parte do novo vocabulário do decorador de interiores, e de metais e louças para banheiro, *playground* e piscina, que criam também uma indústria à parte. Oferece-se cozinhas integradas, que eram inexistentes antes dos anos 70.

Curiosamente, a urbanização iria trazer impactos na forma de se alimentar. O crescimento de serviços e de empregos obriga as pessoas a comer fora. Nasce os restaurantes a quilo, os rodízios, os *fast-food*, os alimentos industrializados. Não se come mais em casa. O pequeno mercado de bairro dá lugar ao super ou hipermercado, que alavanca a compra por impulso. Por que comprar apenas um pãozinho, quando você pode comprar pão, manteiga e queijo?

A indústria de alimentos processados cresce enormemente: massas, embutidos, laticínios, biscoitos. Os consumidores de baixa renda vão substituindo seus hábitos de comer carne de segunda para consumir iogurte; o macarrão substitui o feijão; junto com os eletrodomésticos, chega a comida congelada nas classes médias. A partir dos anos 70, surge a luta contra a inflação, o desemprego e a carestia.

Logo, os traços negativos na evolução alimentar dos brasileiros começam a aparecer. As pessoas comem mais,

mas comem mais gordura e, em consequência, ficam com menos saúde. Caímos em outra indústria: a indústria do emagrecimento, dietas, remédios milagrosos. Lembro que a indústria do *fitness* surge no Brasil nos anos 70. Em 1975, o Brasil já tinha 15 mil academias e era campeão de cirurgias plásticas e de importação de aparelhos esportivos.

Na área do lazer, também temos grandes modificações. Graças à tecnologia, as pessoas veem mais futebol na televisão. O disco e a vitrola quebram a separação entre a alta cultura e a cultura popular. Em 2000, 95% das casas brasileiras têm televisão, que começou a funcionar no Brasil em 1950. E a TV Globo, síntese da cultura nacional, por meio das suas novelas e do Jornal Nacional, dita as modas. Com o acesso à carteira de trabalho, passa a fazer parte do vocabulário do brasileiro a palavra “férias”. Surgem a indústria de turismo, motéis, *camping* clubes, apartamentos e venda de *trailers*.

Os *anos de ouro dos anos de chumbo* cortam o Brasil com novas estradas, que vão margear o litoral. Nas décadas de 1960 e 1970, o jovem brasileiro passa a fazer parte da revolução sexual, da revolução do *rock and roll* e ocupa as praias com esportes radicais, concertos, festivais da canção, com a indústria da música, do disco, dos shows. Consome todo tipo de artefato da

moda, com a dinâmica da indústria de tecidos. O *biquini* se torna produto de exportação.

Essas mudanças todas que a indústria, a urbanização e o consumo trouxeram para os brasileiros se fizeram acompanhar da democratização da pílula anticoncepcional, do movimento feminista, do aumento dos divórcios e da diminuição dos casamentos no final dos anos 80 e 90.

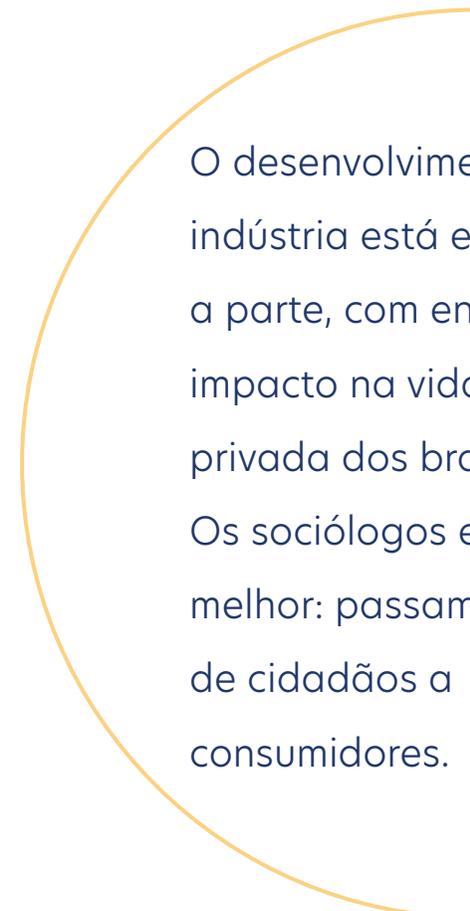
Apesar de tudo isso, continuamos com uma sociedade profundamente conservadora e que continua homofóbica, racista, machista, a favor do *'estupra, mas não mata'* e da pena de morte, contra divórcio, aborto e feminismo.

E malgrado essa enorme mobilidade social e o aumento da educação, as relações éticas são dominadas pelo chamado "familismo amoral" – uma expressão tão bem usada pelo sociólogo *Leonardo Avritzer*, que se resume no lema *"quem vai me dar alguma coisa em troca?"*. As pessoas preferem as relações pessoais a qualquer ideia de valorização do público. Carros, *shopping centers*, hipermercados, televisão: tudo isso leva a um mundo de consumo que, por sua vez, carrega o cidadão brasileiro por essa obsessão do novo, pelo novo. A Constituinte nova, a televisão nova, o presidente novo. O que não funciona, troca-se.

PROTAGONISTAS DO FUTURO

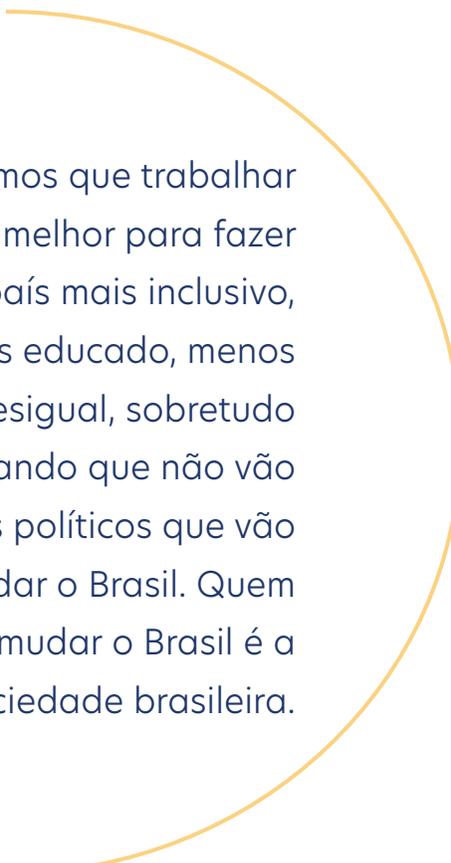
O desenvolvimento da indústria está em toda a parte, com enorme impacto na vida privada dos brasileiros. Os sociólogos explicam melhor: passamos de cidadãos a consumidores. Os interesses do agronegócio estão organizados dentro do Congresso Nacional, com partidos cada vez mais fortes, mais vorazes. Desejamos que, obviamente, esse grupo, que não é uníssono, comece a pensar articulado com ecologia. Sem essa postura, daqui a pouco, os produtos brasileiros não serão consumidos no exterior. Como diz o professor *Bolívar Lamounier*, não temos mais nações. As portas abertas à mundialização, em especial, e aos produtos chineses, deve ser uma das causas da nossa desindustrialização.

A educação dos trabalhadores é outro problema nuclear da indústria brasileira. Estamos passando de uma sociedade ainda braçal-mecânica para uma sociedade eletrônica e digital: uma sociedade inteiramente diferente. Os nossos estudantes estão cada vez mais despreparados, como mostram os números das avaliações internacionais. Educação e inovação formam um binômio. Os Estados Unidos colocaram todo mundo na escola no final do século XIX. O Vale do Silício está lá. A *Microsoft* e outros grandes grupos de inovação tecnológica nasceram lá.



O desenvolvimento da indústria está em toda a parte, com enorme impacto na vida privada dos brasileiros. Os sociólogos explicam melhor: passamos de cidadãos a consumidores.

Está faltando um protagonista nessa história: a própria sociedade civil. Se a sociedade brasileira não tiver como premissa que a educação é fundamental, enquanto não colocarmos dois milhões de pessoas mobilizadas pela educação, vamos continuar arrastando esse peso morto. É preciso que a mãe pergunte em casa se o filho está estudando, e que ela acompanhe o que está sendo feito. Nós sabemos que as histórias de sucesso têm, fundamentalmente, esse personagem escondido: uma mãe



Temos que trabalhar mais e melhor para fazer um país mais inclusivo, mais educado, menos desigual, sobretudo lembrando que não vão ser os políticos que vão mudar o Brasil. Quem vai mudar o Brasil é a sociedade brasileira.

que acompanha o ensino dos filhos. Enquanto a sociedade não esposar essa ideia, não adianta ter político falando em distribuir computadores para as crianças pobres, porque não vai funcionar.

O grande escritor francês *Georges Bernanos* dizia que *todo otimista é um idiota alegre, e todo pessimista é um idiota triste*. Eu não sou nem um, nem outro; sou alguém que acredita no trabalho. Cada um de nós, sobretudo professores

atuando na universidade, temos que trabalhar mais e melhor para fazer um país mais inclusivo, mais educado, menos desigual, sobretudo lembrando que não vão ser os políticos brasileiros que vão mudar o Brasil. Quem vai mudar o Brasil é a sociedade brasileira.

Termino citando o poeta *Afonso Romano de Sant'Anna*, que resume bem a saga e a sina do nosso país, nesse inspirado verso: *"Hoje dói muito dentro de mim essa coisa chamada Brasil"*.

A MODERNIZAÇÃO APRESSADA

Com toques precisos, **Mary Del Priore** faz um retrato singular das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas: uma pintura do que aconteceu no Brasil no período, que ela chama de “anos de ouro dos anos de chumbo”. Fala como se fizesse pinceladas em um quadro que nos mostra o colorido de uma sociedade que se modernizou apressadamente e, em consequência, nos deixa perplexos com sua mistura de progresso e atraso, potencial e limitações.

Nossos antepassados conseguiram consolidar um país e aboliram, embora tardiamente, a escravidão; nossos contemporâneos das últimas décadas nos deram o retrato da modernidade caleidoscópica apresentada pela professora Del Priore. Pode-se acrescentar que, nos anos posteriores aos anos de chumbo, conseguimos implantar uma democracia, embora sujeita à instabilidade; dominamos a inflação; asseguramos vagas a quase todas as crianças nas primeiras séries do ensino fundamental; ampliamos rapidamente o número de universitários; integramos o país nas comunicações e nos transportes; e criamos uma vasta rede de proteção social, com o SUS e os programas de transferência de renda.

Apesar disso, o Brasil continua dividido socialmente. Não mais os horrores da escravidão explícita, mas ainda a persistência da pobreza; uma sociedade partida e apartada. É perceptível uma barreira estagnante, que atravança o progresso econômico e social, e um atoleiro político, que dificulta a marcha para o futuro.

Como qualquer fotografia, essa feita pela historiadora Mary Del Priore não mostra o que foi destruído na construção da realidade, nem as oportunidades perdidas que poderiam ter feito uma realidade diferente, melhor e mais bela. A modernização apressada criou riquezas inimaginadas até pouco tempo atrás, mas exigiu concentração de renda, desperdício de recursos, migração forçada, empobrecimento e destruição de patrimônios, violência generalizada, novidades sociais que não se distribuíam com justiça a toda a população, e os riscos da instabilidade política sem equilíbrio sólido entre as instituições.



A QUALIDADE DA DEMOCRACIA NACIONAL

José Álvaro Moisés



Cientista político, é professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), onde coordena o Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia. É autor, entre outros, dos seguintes livros: "A crise da democracia representativa e o neopopulismo no Brasil", "Crises da democracia: o papel do Congresso, dos deputados e dos partidos" e "Democracia e desconfiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas"

A proclamação da emancipação política do Brasil, feita por Dom Pedro I, em 1822, nos fez nascer como nação, mas a estruturação do sistema político brasileiro, embora prenunciada por algumas decisões daquele momento, só ocorreria com os desdobramentos políticos e institucionais dos dois séculos seguintes. Só superamos a condição de colônia de Portugal na segunda década do século XIX, quando, nas décadas seguintes, estabelecemos a Monarquia Constitucional e uma estrutura inicial de representação política. Chegamos à República, no limiar do século XX, mas a construção da democracia, com escassa participação popular, estava apenas dando os seus passos iniciais.

Em que pese sermos um regime democrático relativamente consolidado, nosso sistema político está em crise. Os cidadãos não se sentem representados e desconfiam dos políticos e das instituições, como o parlamento e os partidos. A despeito de continuidade institucional, o descompasso entre o mundo político e a sociedade se agrava sob efeito de instabilidade e riscos de rupturas, que traumatizam a população, dividem os partidos, fragilizam a legitimidade do regime e colocam em questão a qualidade da democracia, a exemplo do ocorrido nas últimas décadas, com os episódios de *impeachment* de dois presidentes eleitos democraticamente.

Falo da qualidade da democracia em uma abordagem teórica, cujo propósito combina princípios democráticos fundamentais – liberdade e igualdade – com procedimentos institucionais e resultados sociais e econômicos. É nesse sentido, acredito, que devemos avaliar o que foi possível construir nesses dois séculos.

Neste ano do bicentenário da Independência, além da defesa do autoritarismo, o governo atual tem se esforçado para colocar sob seu domínio os sistemas de fiscalização e *accountability*, responsáveis pelo controle e monitoramento do abuso de poder, e os principais organismos de combate às ações que ameaçam o meio ambiente. Mais recentemente, tem agido para questionar a legitimidade das instituições eleitorais e da própria Justiça Eleitoral. Busca, assim, antecipar argumentos que, ao que tudo indica, pretende usar para contestar resultados do pleito, caso seja derrotado em 2022. Além disso, eventualmente, não dar posse ao vencedor. Nossos desafios, diante disso, são garantir o império da lei: reforçar a separação dos poderes republicanos e garantir a independência dos organismos de fiscalização e controle.

Os ataques mencionados se constituem em grave ameaça ao princípio democrático, que advoga a solução pacífica de conflitos políticos naturais e legítimos em sociedades

complexas e desiguais como o Brasil. O presidente demonstra, assim, não aceitar que a democracia é a solução mais eficaz para dirimir conflitos e formular rumos pela disputa eleitoral pacífica, livre e limpa, com a aceitação dos resultados. Por isso a democracia é considerada a melhor alternativa em face das outras disponíveis, não eleitorais, que, aliás, envolvem a adoção da força e da violência como caminho para dirimir os conflitos sociais e políticos. Infelizmente, é forçoso reconhecer que é precisamente isso que o atual presidente da República está advogando, quando fala de usar mecanismos extraconstitucionais para fazer frente aos conflitos da atualidade e quando estimula a população civil a se armar.

Contudo, é preciso pensar que há também questões estruturais da própria organização política que não apenas prolongam aspectos da crise, mas estão inclusive na sua origem, tendo levado a uma modificação no ciclo político que estava em curso nos últimos 30 anos, a partir das eleições de 2018. As ameaças à democracia pelo governo atual ocorrem no quadro de problemas permanentes do próprio sistema presidencialista brasileiro, adotado com a Proclamação da República e inspirado em grande parte no modelo norte-americano, embora sem guardar algumas de suas características. Ao longo do tempo, o modelo vigente no Brasil tem dado

margem a constantes crises disruptivas, que provocam instabilidade e levam a sociedade a situações-limite, com paralisia das políticas públicas e do funcionamento da economia, com graves consequências sociais.

Apesar de dois plebiscitos terem reafirmado a permanência do sistema presidencialista no Brasil, é preciso reabrir o debate político-institucional do tema para podermos verificar os efeitos e significados que esse sistema tem sobre a qualidade da democracia nacional. Isso porque, em situações de crise, mesmo quando estão em ação as coalizões governativas, o sistema só tem duas saídas: processos de *impeachment* – que desgastam o tecido social ao longo de meses e traumatizam a sociedade – ou eleições, que exigem esperar até o final do mandato para que os eleitores tenham a chance de substituí-lo. Nos dois impedimentos que ocorreram nesses últimos 30 anos, a sociedade se dividiu traumatizada e tais processos, em vez de levar a soluções produtivas, paralisaram a capacidade de ação dos governos, com efeitos econômicos e sociais.

Temos esse sério problema a enfrentar, mas ele não se resolve durante um pleito eleitoral. O debate deve ser colocado pensando em soluções de longo prazo, para enfrentar os grandes desafios do país, como a retomada do crescimento econômico, a criação de empregos e a redução das desigualdades.

Outro aspecto que afeta a qualidade da democracia diz respeito à crise da representação proporcional por lista aberta, baseado em distritos eleitorais de grande magnitude que, assim, ampliam muito o contexto em que os eleitores fazem suas escolhas, sem uma conexão sólida, constante, permanente, entre representados e representantes. Na sua grande maioria, os eleitores não se sentem representados com esses mecanismos para processar seus interesses e suas preferências políticas. Em vez de ajudar a aproximar eleitores e sociedade civil ao Estado, o sistema atual afasta as pessoas e amplia a sua desconfiança da classe política: os partidos políticos e o parlamento são as duas instituições com as mais altas taxas de desconfiança, verificadas em pesquisas de opinião por mim conduzidas. É um precioso capital político que se perde.

FRAGILIDADES DO PODER CIVIL

Outro problema diz respeito à interferência militar na política. Começou no período do Império, depois na Guerra do Paraguai, se agravou com a Proclamação da República e se aprofundou com a Revolta dos Tenentes, nos anos 20 do século passado. Nos dois governos depois da revolução de 1930, a influência da caserna também foi intensa. A deposição de Getúlio Vargas

em 1945/1946, a crise política de 1954 e o Golpe de 1964 também se deram sob forte intervenção dos militares.

Quando olhamos e comparamos sete Constituições brasileiras, desde 1824, em cinco delas existem dispositivos que preveem a participação política das Forças Armadas. Isso limita gravemente a autonomia do poder civil. Como *Juan Linz* e *Alfred Stepan* chamaram a atenção alguns anos atrás, para que o poder civil tenha capacidade de ação e de governabilidade, ele precisa ter autonomia e liberdade e não pode ser limitado por quaisquer outros poderes.

A noção que está presente no artigo 142 da Constituição atual voltou a consagrar a possibilidade de intervenção das Forças Armadas para a manutenção da ordem e da lei. Ainda que sob a condição de serem convocadas por algum dos poderes constituídos, permanece a possibilidade de intervenção. Essa possibilidade de protagonismo militar na política é um problema permanente da democracia brasileira ao longo do tempo. As dúvidas sobre o funcionamento das instituições rebaixam a qualidade da democracia ao manter o risco das armas e não respeitar as urnas.

Essas três questões – a instabilidade do presidencialismo, a crise da representação política e a possibilidade de intervenção militar – exigem

Os problemas de funcionamento que afetam a qualidade da democracia nacional têm um forte efeito sobre o conjunto da sociedade, inclusive no que diz respeito às atividades econômicas.

um maior debate, na busca por melhorar a qualidade da democracia brasileira, com o objetivo de torná-la permanente, sem risco de ficar submetida a crises periódicas, que questionam a sua legitimidade e limitam a adesão dos cidadãos e dos eleitores à vida política nacional.

Os problemas de funcionamento que afetam a qualidade da democracia nacional têm um forte efeito sobre o conjunto da sociedade, inclusive no que diz respeito às atividades econômicas. A democracia não

A iniciativa da CNI de tornar a celebração dos 200 anos da Independência um ponto de partida para isso é uma excelente oportunidade para reconstruirmos a democracia e enfrentarmos os grandes dilemas que ainda afetam a vida do país.

funciona bem se temos crise com o sistema presidencialista, se temos uma representação política falha – que não traz para o Congresso Nacional questões centrais vivenciadas por diferentes segmentos da população e setores da sociedade civil, como o mundo dos empresários industriais – e se temos risco de intervenção militar.

Enfrentar essas questões será a nossa contribuição para comemorar o desenvolvimento do país como nação independente, que cresceu, mas deixou dilemas que ainda precisam ser resolvidos. Ao lado de celebrar os pontos positivos dos 200 anos de Independência, é importante enfrentar os pontos críticos que estão limitando o desenvolvimento político, econômico e social do país. Pensar no aprimoramento do sistema de governo é uma maneira de evitar crises que nos levam a impasses. Pensar na melhoria da representação política

é buscar melhorar a legitimidade da democracia para que as pessoas se sintam participantes e ativas. Repensar a relação com os militares é uma forma democrática de enfrentar um dilema central, para que possamos ter mais autonomia, inclusive em questões como reforma administrativa, reforma fiscal e necessidade de políticas industriais e de inovação, capazes de nos permitir enfrentar os nossos pontos de estrangulamento.

Todas essas questões difíceis e complexas estão fora do centro do debate público, mas devemos jogar luz sobre elas para que as instituições da sociedade civil sejam mais ativas. Nesse sentido, a iniciativa da CNI de tornar a celebração dos 200 anos da Independência um ponto de partida para isso é uma excelente oportunidade para reconstruirmos a democracia e enfrentarmos os grandes dilemas que ainda afetam a vida do país.

ENTRAVES ESTRUTURAIS À DEMOCRACIA

*O terceiro centenário deve ser o século da democracia com qualidade. O cientista político **José Álvaro Moisés** alerta, entretanto, que, para essa pretensão se realizar, precisamos lidar com questões conjunturais e agir de forma estratégica para resolver problemas estruturais que, historicamente, se perpetuam no país. É essencial aterramos o atoleiro político em que, há décadas, estamos metidos e que, segundo ele, ameaça o bom funcionamento e a qualidade da democracia brasileira, em função de três problemas principais: presidencialismo de coalisão; desconfiança do eleitor com os políticos; e interferência militar. O primeiro prolonga as crises ou força a alternativa disruptiva do impeachment; o segundo tira legitimidade das lideranças políticas para o difícil exercício do poder em uma sociedade dividida; o terceiro descaracteriza, ameaça permanentemente e até destrói a democracia em momentos decisivos, como já ocorreu.*

Além desses três problemas apontadas pelo cientista político, há outros importantes fatores que tiram a qualidade da democracia: sua incapacidade para erradicar os bolsões de pobreza, distribuir a renda, acabar com a corrupção, dar eficiência à economia, manter estabilidade monetária e quebrar o corporativismo. Não era legítimo um sistema eleitoral no qual os analfabetos não podiam votar, mas também não é justo um modelo que não consegue alfabetizar sua população, especialmente em um país que tem um texto escrito na sua bandeira. Da mesma forma que a escravidão conforme a cor da pessoa desmoralizava a democracia na época, ela fica desmoralizada atualmente, quando mantém suas crianças em escolas com qualidade diferenciada conforme a renda de suas famílias.

Os partidos e os políticos se desmoralizam porque pouco fazem para a democracia ser democrática. As eleições passam a ser vistas como mero teatro, em uma coreografia sem consequência prática.



A RESILIÊNCIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

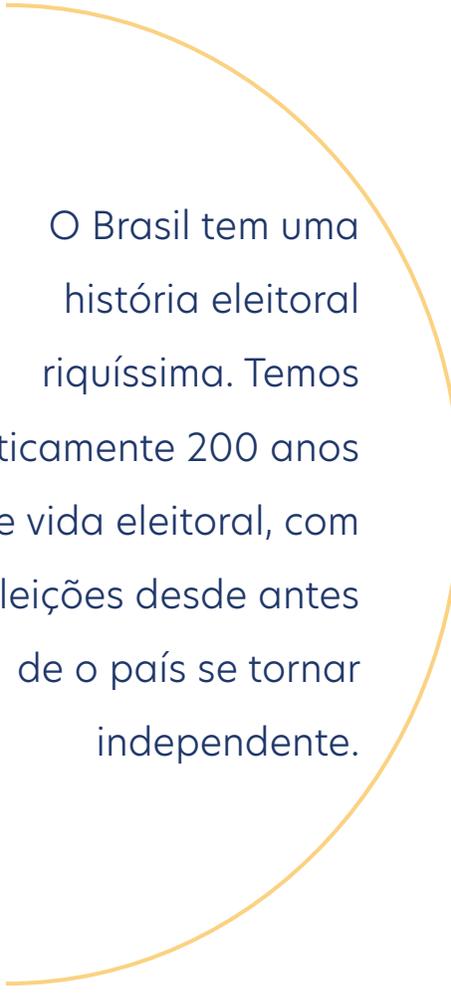


Jairo Nicolau

Cientista político, é professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e pesquisador do CNPq. É autor, entre outros, dos livros "As eleições no Brasil: do Império aos dias atuais (2012)", "Representantes de quem? (2017)" e "O Brasil dobrou à direita (2021)"

Chamo atenção para três aspectos que me parecem relevantes sobre a evolução política brasileira. O primeiro, um certo complexo de inferioridade institucional que nós, estudiosos no Brasil, temos. Achamos que nossa evolução política é muito diferente e discrepante de outros países, mas todas as experiências que tivemos ao longo desses 200 anos nos aproximam, grosso modo, de três modelos: os regimes oligárquicos, como a monarquia constitucional do Segundo Reinado e o arranjo institucional da Primeira República; os regimes fechados, como o Estado Novo e a ditadura de 1964; e as experiências democráticas, como a República de 1946 e a que vivemos a partir de 1985, consolidada com a Carta de 1988.

Esse zigue-zague institucional não é muito diferente do que existe em outras democracias. Tirando o caso exemplar do processo de democratização do Reino Unido, todos os outros países viveram experiências mais ou menos desse tipo. Foram regimes oligárquicos, regimes fechados e tentativas de democratização. Ao olhar a experiência do Brasil, percebe-se que nosso processo político não é tão singular. Esse é o primeiro aspecto para o qual chamo atenção.



O Brasil tem uma história eleitoral riquíssima. Temos praticamente 200 anos de vida eleitoral, com eleições desde antes de o país se tornar independente.

O segundo aspecto tem a ver com a questão da democracia no pós-guerra. Só podemos falar de democracia moderna, no sentido que usamos hoje, a partir de 1945. Foi então que se verificou a conjunção de liberdades públicas, o respeito aos direitos individuais, a incorporação eleitoral de homens e mulheres no processo de votação e a participação dos trabalhadores por intermédio dos seus partidos. Essa configuração, como se considera as democracias

modernas, passou a existir a partir de 1945. Portugal, por exemplo, teve um regime autoritário mais longo do que o nosso, mas tem uma democracia um pouco mais longa do que a nossa. Faz pouquíssimo tempo que os portugueses celebraram o fato de estarem vivendo mais dias sob o regime democrático do que sob regimes autoritários.

Nesse sentido, olhando a história brasileira, de 1945 para cá, vivemos, mais ou menos, 70% do tempo em democracias: a República de 1946 e o nosso período atual. Não é marca desprezível, ainda que a experiência do período 1946-64 tenha alguns limites. Durante a República de 1946, o Partido Comunista pôde disputar eleições por um período efêmero, já que teve o registro cassado em 1947, e os analfabetos não tinham direito de voto (o que viria acontecer somente em 1985). Segundo o Censo de 1950, a taxa de analfabetismo da população era de 48%, o que significa que, quando proibíamos o analfabeto de voltar, estávamos excluindo, mais ou menos, metade do eleitorado potencial. Não era uma democracia de massa como viemos a conhecer a partir de 1985.

A Constituição de 1891 vigorou durante 39 anos, com conflitos sociais gravíssimos, como a Guerra de Canudos e o estado de sítio (*decretado em 1922 pelo então presidente Arthur Bernardes*), mas com um número

expressivo de presidentes eleitos substituindo os anteriores. A nossa Carta atual já está completando 34 anos. Na Primeira República, tivemos 10 eleições diretas. Nesse ano, estamos caminhando para a nona eleição presidencial pós-redemocratização, nos aproximando do número da primeira Constituição Republicana. Aos *trancos e barrancos*, vamos mostrando a vitalidade da democracia brasileira – o que não quer dizer que não temos problemas.

O terceiro aspecto que saliento: o Brasil tem uma história eleitoral riquíssima. Temos praticamente 200 anos de vida eleitoral, com eleições desde antes de o país se tornar independente. No Brasil Colônia, as câmaras municipais eram eleitas por um pequeno grupo de cidadãos, mas as eleições precedem a existência do país independente. Em 2024, vamos completar 200 anos de eleições para a Câmara dos Deputados e o país teve eleições praticamente o tempo todo, com exceção do período do Estado Novo.

Pensar a evolução política do Brasil é ver as eleições como um processo constitutivo da história política nacional. No Império, a eleição tinha uma configuração muito diferente do que tem hoje, mas não devemos perder de vista que evolução política só pode ser compreendida na perspectiva da existência dessas eleições e do Congresso. O Brasil criou e tem um dos sistemas mais eficientes

de disputa, recolhimento e contagem do voto, de maneira limpa, sem fraudes expressivas, em um território com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e um eleitorado próximo de 150 milhões de eleitores. Não é pouca coisa. Somos a quarta democracia do planeta, perdendo em população somente para os Estados Unidos, a Índia e a Indonésia. Organizar eleições em um país dessa magnitude é uma tarefa gigantesca, que estamos repetindo a cada dois anos.

Talvez, até por um certo hábito nosso, costumamos pensar o sistema político brasileiro pelo que falta, pelo que está errado, pelo que não funciona, e deixamos de considerar perspectivas de mais longo prazo. Às vezes, sou considerado otimista, porque acho que há aspectos que precisam ser salientados positivamente na história política brasileira. Faço questão de chamar a atenção para avanços de uma história política e de uma democracia que teve altos e baixos.

A POLÍTICA E A “PEQUENA POLÍTICA”

A partir da Carta de 1988, a democracia brasileira passou bem por alguns testes de carga. Nos meus tempos de criança, ouvia a história de que, na Índia, ao fazer uma ponte, passavam

elefantes sobre ela para testar se resistia ao movimento dos carros e das pessoas. Acho que “alguns elefantes” passaram pela democracia brasileira. Chamo atenção para um desses testes de carga: a vitória do PT, em 2002. Olhando em retrospectiva, parece que foi uma coisa banal, mas não foi. Um dos maiores partidos de esquerda do mundo ganha uma eleição em um país de dimensões continentais, em termos de área e de população. Duas décadas depois, temos um governo de extrema-direita no poder.

Os dois casos despertaram compreensíveis preocupações, sobretudo entre pessoas com mais alto grau de informação, mas a democracia resistiu, e está resistindo bem, pelo menos até aqui. Um ponto negativo a se destacar é que, a cada quatro anos, durante a campanha presidencial, o Brasil tem a oportunidade de discutir seus grandes temas. Os candidatos à Presidência da República e os partidos deveriam formular ideias para o país, mas isso não ocorre. Há pelo menos duas décadas, por exemplo, ouço dizer que um dos principais problemas do país é o chamado “Custo Brasil”. Entretanto, em nenhum programa dos mais de 30 partidos que têm registro definitivo encontramos algum tipo de proposta consistente sobre o assunto.

Esse é um problema grave da política brasileira: prioridades do mundo empresarial e de parte da sociedade civil nem sempre prosperam no

Esse é um problema grave da política brasileira: prioridades do mundo empresarial e de parte da sociedade civil nem sempre prosperam no mundo político.

mundo político. Há um problema de diálogo entre esses dois mundos que não está sendo bem resolvido. Isso ocorre, em parte, porque, desde 1945, adotamos um sistema eleitoral em que os deputados têm muitos incentivos para cultivar relação com sua localidade e serem intermediários na relação entre municípios e Brasília, mas não têm incentivos para incorporar temas nacionais. A atividade deles é basicamente vinculada a bases eleitorais locais, contaminadas com a dimensão estadual da *pequena política* parlamentar.

A HISTÓRIA E O MOMENTO POLÍTICO

*Essa visão de **Jairo Nicolau** sobre a política no Brasil de ontem, de hoje e de amanhã passa confiança decorrente da retrospectiva histórica dos 200 anos passados e esperança na perspectiva dos anos que se seguirão, uma vez que o país tem história e instituições resilientes. Para ele, cada eleição é um fenômeno de crise passageira, se levarmos em conta a evolução política do Brasil.*

O cientista político destaca o fato de que, desde meados da década de 1940, o Brasil viveu cerca de 70% do tempo sob o regime democrático – contabilizando a República de 1946 e o período atual, pós-redemocratização ocorrida há quase quatro décadas. É uma marca respeitável, a despeito das limitações inerentes ao nosso regime democrático. O que precisa ser feito é continuarmos aprimorando a maneira de conquistar votos, a organização partidária, o financiamento de campanhas, os sistemas eleitorais e a organização congressional.

Nesse sentido, pelo menos sete cuidados serão necessários para consolidarmos a democracia ao longo das primeiras décadas do terceiro centenário: profissionalizar e despolitizar as Forças Armadas; consolidar e dar agilidade ao sistema judiciário; conquistar credibilidade para os partidos, o Congresso e os políticos; eliminar a corrupção no comportamento dos políticos e na definição das prioridades da política; fortalecer a educação de base de toda a população; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades regionais e pessoais, na renda e no acesso aos serviços sociais; e lidar com o poder da manipulação das fake news.

O VÍRUS DO PATRIMONIALISMO

Bolívar Lamounier



Cientista político, atualmente é diretor da Augurium Consultoria. Foi o primeiro presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). Em 1985, foi membro da Comissão de Estudos Constitucionais, responsável pela elaboração do anteprojeto da Constituição de 1988. É autor, entre outros, dos livros "Da Independência a Lula e Bolsonaro: dois séculos de política brasileira" e "A democratização no Brasil: atores e contextos"

Estamos em uma época de mudança internacional radical, antevéspera do fim dos Estados nacionais, criados no *Tratado de Westfália*, em 1648. Era um projeto de paz perpétua, dali em diante. Só para fazer uma comparação, as bombas atômicas jogadas sobre *Hiroshima* e *Nagasaki* foram liberadas à mão de aviões sobrevoando aquelas cidades. Hoje, aquele rapaz que governa a Coreia do Norte (*Kim Jong-un*) tem condições de atingir com uma ogiva nuclear qualquer ponto nos Estados Unidos. A porosidade dos Estados nacionais, para bombas, drogas, pandemias e contrabando, é terrível. Não estamos preparados para isso. O Brasil tem poucos *aviões de caça* e nada mais.

Recentemente, a Academia Paulista de Letras divulgou um manifesto alertando para as vulnerabilidades do Brasil. O documento diz que a maior parte do nosso comércio exterior é feito em torno de quatro produtos e dirigidos a dois países. Isso é uma concentração do comércio exterior extremamente perigosa para a autonomia e a segurança financeira externa do nosso país.

O sistema e a forma de fazer política influenciam, para o bem ou para o mal, o desenvolvimento econômico dos países. A estabilidade política e a segurança jurídica são fundamentais para a atração de investimentos.

Desde a República, nossas instituições sempre foram mal concebidas. Não preciso voltar à República Velha e lembrar que, naquele momento, o presidencialismo era um regime de partido único em cada Estado. O eleitorado era 5% da população. Temos a mística do presidente forte, do governo forte, daquele homem que manda, que imprime coerência ao sistema político.

Mesmo nos 21 anos de governos militares, todas as sucessões foram problemáticas, não obstante fossem reguladas pelo Colégio Eleitoral. Tivemos crises sucessórias em todas as passagens de governo. Tivemos um golpe de Estado, dentro do regime militar, quando do afastamento do vice-presidente Pedro Aleixo, impedido de assumir a Presidência da República, embora tivesse sido eleito pelo mecanismo que eles próprios haviam estabelecido. Dizer que esse sistema é estável e regular, mesmo nos períodos militares, é uma figura de retórica, literária. Pior que isso, só na Argentina. Entre 1955, quando (*Juan Domingo*) Perón foi exilado e, em 1983, quando a democracia foi restabelecida, a duração média dos governos foi de um ano e meio.

Não é por acaso que o Brasil está patinando no gelo há muito tempo. Anos atrás, tivemos o fato inusitado de o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sozinho, nomear a ministra Dilma Rousseff para sucedê-lo na Presidência da República. Como uma candidata normal, lançada pelo partido, não seria eleita. Ela foi eleita porque foi sagrada por Lula. Isso me fez lembrar um episódio no Império Romano, quando o mais sábio, o mais justo, o mais humanitário dos imperadores, Marco Aurélio, indicou para sucedê-lo seu filho adotivo Cômodo, que era um demente, como todo mundo sabia. Foi um desastre, que apressou a queda do Império Romano. O regime em que

um indivíduo concentra em suas mãos tamanho poder, dificilmente dará certo. Se o imperador Marco Aurélio, ao invés de nomear o filho, tivesse remetido ao Senado romano a escolha do sucessor, o resultado seria normal, não a nomeação de um demente como Cômodo. Nem o Lula teria, com todo o seu poder e sua popularidade, eleito a Dilma Rousseff, que, com todo respeito, foi um desastre econômico.

É importante destacar que o sistema e a forma de fazer política influenciam, para o bem ou para o mal, o desenvolvimento econômico dos países. A estabilidade política e a segurança jurídica são fundamentais para a atração de investimentos. É improvável que grandes investidores se disponham a colocar bilhões de dólares no Brasil, com o país estruturado na forma atual. Ficarão espantados ao constatar que a Câmara dos Deputados funciona com 513 deputados de 24 partidos diferentes – o maior dos quais com 15% dos assentos. É o grau de fragmentação mais alto do mundo, e é o mais alto há muito tempo. É um disparate. A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, país que tem um terço a mais de população do que o Brasil, tem um terço a menos de deputados; e apenas dois partidos.

Partidos dessa natureza não são capazes de produzir um candidato à Presidência da República que

governe com estabilidade. Na eleição presidencial de 2022 assistimos o retorno do populismo, com a polarização Lula x Bolsonaro, ambos com escassas possibilidades de tirar o Brasil desse buraco. Bolsonaro, expulso das Forças Armadas por indisciplina, conseguiu se eleger em 2018 amalgamando a rejeição ao PT, mas demonstra diariamente não respeitar sequer a liturgia do cargo.

Não entendo por que nós, 150 milhões de eleitores, temos que ser reféns de 24 pequenos grupos de pessoas que foram ao Tribunal Superior Eleitoral, registraram uma sigla e, a maior parte deles, apenas para meter a mão no fundo eleitoral. Muitos entram em um partido apenas para fazer número, porque a agremiação precisa de quociente eleitoral. Temos que mobilizar o que chamo de elite, quem tem recursos de alguma ordem, para que ela balize e ajude a canalizar o processo eleitoral desde o início.

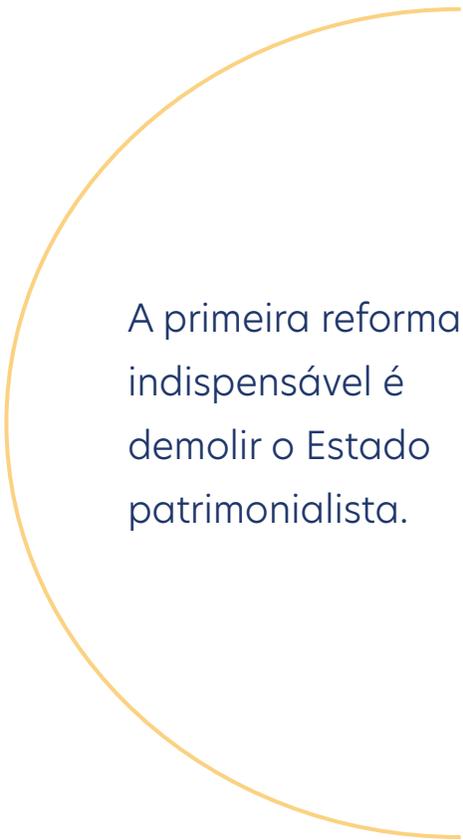
AS ELITES E O BEM PÚBLICO

Abaixo da estrutura partidária, que é uma tragicomédia, precisávamos ter uma elite que se dedicasse de fato ao bem público. Uma elite coesa – com divergências, mas séria –, capaz de balizar a formação de partidos e o comportamento das autoridades

eleitas, para que elas pratiquem aquilo que o professor José Álvaro Moisés chamou de *accountability*: a responsabilidade que o cargo os obriga a praticar.

Um pouco de dinheiro, tempo e saber ler: a elite começa aí, os que têm condições de atuar. Se tivéssemos esse objetivo a partir de hoje, teríamos meses para indicar candidatos e fazê-los ver que não estão falando para um espelho, mas para uma sociedade. Isso é o fundamental. Porque uma sociedade apática, uma sociedade sem esse tipo de elite, não vai a lugar algum. Fica patinando, estagnada.

Precisamos, também, de duas reformas sérias e abrangentes no Brasil, o mais rápido possível. Do contrário, não teremos futuro. Primeiro, o nosso Estado é patrimonialista. Diferentemente do que ensinava o célebre historiador *Raymundo Faoro*, não somos patrimonialistas só porque herdamos essa forma de Portugal. Nosso Estado patrimonialista foi sendo fortalecido cada vez que um ciclo econômico entrava em colapso. Quando o ciclo do açúcar entrou em decadência, os produtores pularam para dentro do Estado: trocaram a produção de cana por um emprego público. Assim começou a se formar a casta do serviço público. Em Minas Gerais foi um pouco menos, porque o Estado se reorganizou na base da pecuária.



A primeira reforma indispensável é demolir o Estado patrimonialista.

Quando o economista Celso Furtado descreve a elite dirigente de São Paulo como *"brilhante e experiente internacionalmente"*, se esquece de dizer que pelo Convênio de Taubaté, firmado em 1906, a cafeicultura entregou os pontos na economia em troca de subsídios, e o Estado abrigou os fazendeiros, reforçando ainda mais o patrimonialismo. De Getúlio Vargas em diante, adotamos essa imprudência da industrialização acelerada, em marcha forçada, levada à enésima potência pelo presidente-general Ernesto Geisel, apesar de mal conseguir ajustar as contas públicas.

Por isto, a primeira reforma indispensável é demolir o Estado patrimonialista. Essa reforma deveria começar pela eliminação da obscena diferença nas previdências pública e privada. Não se justifica que o trabalhador pobre se aposente pelo INSS com três mil, quatro mil reais, enquanto funcionários públicos que trabalham em gabinetes com ar-condicionado se aposentem com o último salário da carreira, com 25 mil, 30 mil reais por mês. Com esse regime previdenciário, é lógico que nunca conseguiremos equilibrar as contas públicas.

Há 30, 40 anos, houve uma grave falha de diagnóstico que nos deixa patinando. Não prestamos atenção ao fato de que, em termos de indústria, o Brasil cresceu algo perto de zero na Primeira República para um percentual relativamente alto nas décadas posteriores. Mas esse crescimento se deu naquilo que os economistas chamam de *fase fácil da industrialização*, que consiste, basicamente, em incorporar mão de obra despreparada, de baixíssimo custo, em processos com pouca tecnologia. É por isso que, depois de ter crescido bastante, estamos decrescendo, com perda de empregos industriais e sem conseguir sair daquela armadilha maldita, a chamada armadilha do baixo crescimento, que é uma renda *per capita*, em torno de 10 mil dólares – metade, ou menos da metade, de Portugal.

Outra providência que me parece indispensável é abrir a economia. O modesto crescimento da indústria brasileira aconteceu em uma economia extremamente fechada e protegida. E cresceu pouco. É lógico que o crescimento ganharia impulso se abrissemos a economia e reduzíssemos a proteção ofertada por um Estado que não tem dinheiro sequer para fechar suas contas. A ideologia de crescer com subsídios estatais, tanto para investimento quanto para custos operacionais e formação de preços, não tem mais condições de prosperar no mundo de hoje. Tem gente que acha que isso é neoliberalismo. Mas, antes neoliberalismo do que paleoliberalismo. Não temos outra alternativa: ou fazemos as reformas necessárias ou o Brasil não vai crescer de forma consistente e suficiente para viabilizar seu desenvolvimento econômico e social.

UM MALDITO INCONVENIENTE

Bolívar Lamounier nos faz pensar que o patrimonialismo – submissão do Estado aos interesses da elite, que usufrui dele, como classe improdutiva ou ineficiente – é uma das causas da barreira estagnante em que esbarra nosso crescimento econômico: sem domínio tecnológico e sem distribuição dos benefícios criados para erradicar a pobreza, diminuir a desigualdade, promover formação cultural, construir uma nação civilizada e sustentável.

Ele denuncia as consequências de o Brasil ter uma elite descomprometida com o interesse público, despreparada para o exercício do poder a serviço do país, viciada em compadrios que favorecem apoio mútuo para adquirir privilégios. Não se trata de elite no sentido de poder econômico, mas no sentido de lideranças empresariais, sindicais ou intelectuais.

A história tem mostrado que a elite patrimonialista está interessada basicamente em usufruir benefícios do Estado. São elites tão vorazes e improdutivas que usam o Estado até matá-lo. A cada crise cíclica, no lugar de reinventar a economia e fazê-la funcionar com eficiência, investidores ou assalariados se apropriam dos recursos, asfixiando a estrutura pública para manter privilégios. Optaram por usar o Estado para proteger a ineficiência no lugar de construir eficiência.

O que unifica a elite patrimonialista é o apego aos benefícios no presente, ignorando as necessidades das próximas gerações. O presente come o futuro. A diferença entre direita e esquerda tem sido na escolha de quem vai se beneficiar mais dos recursos do governo: os investidores ou os consumidores, os patrões ou os trabalhadores, os já ricos ou os ainda pobres, quem ascende socialmente, no setor privado ou no setor público. O assalto e o saqueio fazem o Estado cambalear por seus déficits fiscais, seu endividamento e a degradação de sua moeda; corrompe as classes saqueadoras, que passam a ser viciadas nas benesses do Estado, em uma forma suicida, pela corrupção ou pelo desperdício.

Com a República e a democracia, ao ficar politicamente impossível limitar o número dos beneficiados apenas a uma casta reduzida de nobres, o Estado republicano-democrático-patrimonialista absorve cada vez mais população entre seus beneficiados, até atingir o atual nível em que beneficia aos ricos com subsídios; salários e vantagens aos servidores; e bolsas e transferências de renda às classes mais pobres. Hoje, uma parcela considerável da população total do país vive na dependência de apoio direto ou indireto do Estado. No lugar de acabar com a nobreza e exercer a res-pública, nosso regime democrático tem se proposto a incorporar novos contingentes no seio de uma nobreza dividida entre consumidores ricos e consumidores pobres, ou até famintos, mas não um povo cidadão.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA